A IDEIA DE COMUNIDADE E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UM DIÁLOGO TEÓRICO

**Território, cultura e identidades**

# RESUMO

Qual a relação entre comunidade e o desenvolvimento regional? Num tempo marcado pela individuação (Agamben, 2022) e pelo desengajamento (Bauman, 2003), pensar a comunidade diante das imposições do capitalismo neoliberal é uma postura transgressora. O texto abordará a ideia de comunidade como possibilidade de diálogo com o desenvolvimento regional.

Objetiva-se discutir o conceito de comunidade em diálogo com o desenvolvimento regional e como este, de modo específico, atravessará as questões correlatas ao território, identidade e cultura. Por ora, é um estudo teórico, ligado a um projeto de pesquisa que se desdobrará em outras partes, incluindo, no momento futuro, uma pesquisa empírica.

O projeto de pesquisa é uma extensão das reflexões já apresentadas numa tese de doutorado, que parte do diálogo entre a geofilosofia (Deleuze; Guattari, 2011b) e a noção de território (Saquet, 2015) para pensar outro território possível a partir dos processos de desterritorializações. Nesta perspectiva, a ideia de comunidade surge como resistência às formas de desigualdade geradas pelo sistema dominante.

# ASPECTOS METODOLÓGICOS

O diálogo dar-se-á a partir da cartografia social pensada a partir de Deleuze; Guattari (2011a). Esta é uma abordagem que mapeia os territórios sociais de maneira flexível e complexa. Diferente da cartografia tradicional, fechada em mapas, ela dá ênfase às perspectivas das pessoas envolvidas, expondo relações de poder e fluxos de desejo subjacentes considerando a multiplicidade. Essa abordagem oferece um retrato dinâmico das relações sociais, contribuindo para uma compreensão dos espaços habitados, percebendo as intensas mobilizações a atuar sobre o território. Para o trabalho do cartógrafo, Deleuze e Guattari (2011a) consideram a grupalidade; as formas hegemônicas de organização que refletem além da hierarquia verticalizada.

A cartografia é uma conjunção teórica que correlaciona os conceitos de comunidade e desenvolvimento regional. Aqui considerar-se-á a comunidade como espaço atravessado pelo movimento TDR (território, desterritorialização e reterritorialização). O território é pensado como fluxo de deslocamentos e não como decalque, como Saquet (2015) alerta. Os processos da cartografia social acontecem na coletividade, ponderando a singularidade da identidade comunitária e a multiplicidade local.

# RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para pensar a relação entre comunidade e desenvolvimento regional, a pesquisa aprofundará a compreensão do sentido contemporâneo de comunidade, considerando a história do tempo presente como um contexto caracterizado pela individuação e desengajamento. Logo, a ideia de comunidade forneceria uma perspectiva transgressora diante das imposições do capitalismo neoliberal (Bauman, 2003). Transgressora porque o capital conta com uma certa forma de “disciplina que se reproduz por conta própria e não precisa de capataz” (Bauman, 2003, p. 43). A comunidade, nas condições do tempo presente, se torna cada vez mais dispensáveis para o sistema dominante.

Este é um estudo em progresso e no decorrer dele pretende-se realizar um mapeamento conceitual da comunidade em diálogo com o desenvolvimento regional, considerando as interrelações entre território, identidade e cultura para pensar outras condições vivenciais possíveis. Conforme Bauman (2003) e Agamben (2022), a comunidade seria, em certo grau, a superação dos estados de incertezas.

O estudo não tem a intenção de promover um diálogo entre os autores aqui citados, mas sim, correlacionar conceitos para desenvolver uma cartografia com a intencionalidade de sustentar estudos futuros sobre o tema. Por ora, ocupar-se-á em apresentar um plano teórico, a escolha se justifica por ser um estudo propedêutico.

Esta análise representa uma extensão de reflexões apresentadas numa tese de doutorado, que estabelece um diálogo entre a geofilosofia e a noção de território para abordar outros territórios emergentes a partir dos processos de desterritorializações. Nessa metamorfose, a comunidade emerge como uma forma de resistência às desigualdades sociais, dado pelo autorreconhecimento; pela confecção forte e evidente com o território, pela existência de lideranças locais, com ligação diferenciada com o mercado e reduzida acumulação de capital e considerando a relação diferenciada com o meio natural (Grava; Florit, 2020).

Em certo sentido, ao discutir o conceito comunidade, aproxima-se a ideia de comunidade tradicional. “Indígenas, agricultores familiares, quilombolas, pescadores artesanais e ribeirinhos, alguns dos grupos que compõem os povos e comunidades tradicionais” (Grava; Florit, 2020, p. 1740). São estes, mas quando se pensa comunidade, nesta reflexão, não são apenas estes grupos, se abrange uma diversidade mais ampla de grupos e experiências. A comunidade é o território do consensual, com experiências de liberdade, como aponta Brandão (2015). As comunidades tradicionais são exemplos de enfrentamento à lógica de reterritorialização imposta pelo sistema dominante, daí a necessidade de estabelecer um diálogo entre a noção de comunidade e as vivências das comunidades tradicionais.

A abordagem metodológica adotada neste estudo incorpora a cartografia social como uma abordagem teórico-prática (Deleuze; Guattari, 2011a, 2011b). Diferentemente da cartografia tradicional, essa abordagem destaca as perspectivas das pessoas envolvidas, expondo relações de poder e fluxos de desejo subjacentes, acompanhando processos, como Kastrup e Passos (2013) apontam.

A aplicação da cartografia social pretende oferecer um retrato mais completo e dinâmico das relações sociais, contribuindo para uma compreensão mais profunda dos espaços habitados pela comunidade, e como ela representa uma alternativa as forças de poder dominante (Agamben, 2022).

A cartografia, a partir da perspectiva deleuzo-guattariana, será realizada por meio de uma conjunção teórica, correlacionando os conceitos de comunidade e desenvolvimento regional, enquanto considera a comunidade como um espaço atravessado pelo movimento TDR. Os resultados esperados incluem não apenas uma redefinição conceitual da comunidade, mas também reflexões sobre as interconexões entre comunidade, desenvolvimento regional e o movimento TDR. Afinal, “cartografar é analisar uma territorialidade” (Kastrup; Passos, 2013, p. 26).

Além disso, a pesquisa contribui para a discussão da geofilosofia, oferecendo novas perspectivas e aplicações práticas derivadas da análise cuidadosa dos elementos conceituais. Ao contrário dos mapas convencionais que retratam áreas fixas, a cartografia social está mais interessada em mapear a dinâmica de transformações e complexidades presentes nos espaços sociais (Deleuze; Guattari, 2011a). Essa perspectiva é voltada para as interações entre vários elementos, como pessoas, instituições, práticas culturais e políticas, com o intuito de desvendar as relações de poder e os fluxos de desejos subjacentes.

# RELAÇÃO COM A SESSÃO TEMÁTICA

A proposta alinha-se com a sessão temática, estabelecendo uma conexão profunda com as dinâmicas territoriais e estratégias específicas adotadas por grupos, movimentos sociais e comunidades tradicionais (Grava; Florit, 2020). Os contextos convergem na busca por processos coletivos de investigação, sistematização e encaminhamentos que reflitam modos de vida, práticas sociais e conflitos territoriais vivenciados.

A pesquisa acadêmica, centrada na reconceituação da ideia de comunidade em diálogo com o desenvolvimento regional, e a sessão temática, compartilham o compromisso de promover uma reflexão crítica sobre disputas territoriais, relações entre grupos e movimentos sociais, e as esferas pública e privada nestes contextos específicos. O enfoque na compreensão das interconexões locais e na articulação entre diferentes atores sociais emerge como um ponto de convergência.

A abordagem metodológica proposta na pesquisa, a cartografia (Deleuze; Guattari, 2011a), enriqueceria significativamente os debates na sessão. A ênfase na representação mais completa e dinâmica das relações sociais, considerando as perspectivas das pessoas envolvidas e expondo relações de poder e fluxos de desejo subjacentes, poderia aprimorar a compreensão das complexidades territoriais oferecendo uma abordagem sistêmica.

Em conjunto, essas iniciativas compartilham o propósito mais amplo de compreender e responder aos desafios específicos enfrentados pelas comunidades, já que elas se apresentam como uma antítese aos processos de ocupação do capital (Bauman, 2003). Tanto a proposta reflexiva, quando a sessão temática, se alinham na promoção de uma reflexão crítica que transcende as esferas acadêmicas, envolvendo ativamente os atores locais e contribuindo para a totalidade das discussões sobre gestão territorial e modos de vida, um produto consequente de práticas da cartografia deleuzo-guattariana.

# REFÊRENCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **A comunidade que vem**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2022.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade:** a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A comunidade tradicional**. In: UDRY, Consolación; EIDT, Jane Somini (editoras técnicas). Conhecimento Tradicional: Conceitos e Marco Legal. Brasília: Embrapa. Coleção Povos e Comunidades Tradicionais, 2015, pp. 21-101.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia 2. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011a. v. 1

\_\_\_\_\_\_. **O anti-Édipo**: capitalismo e esquizofrenia. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011b.

GRAVA, Diego da; FLORIT, Luciano Félix. Povos e comunidades tradicionais em Santa Catarina: sistematização de dados e reflexão sobre conflitos ambientais territoriais. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 25, n. 4, p. 1738–1763, 2020.

KASTRUP, Virgínia; PASSOS, Eduardo. Cartografar é traçar um plano comum. **Fractal: Revista de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 263–280, 2013.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades:** uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.